



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681235 - CE (2021/0225503-8)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : RAFAEL SILVA MACHADO  
**ADVOGADO** : RAFAEL SILVA MACHADO - CE024797  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ  
**PACIENTE** : IGOR OLIVEIRA DA SILVA (PRESO)  
**CORRÉU** : ELIANDERSON DA SILVA AMORIM  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IGOR OLIVEIRA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0630124-40.2021.8.06.0000).

O paciente encontra-se preso cautelarmente desde 3/8/2018, pela suposta prática dos crimes previstos no art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, além do art. 1º, § 1º, c/c art. 2º, §§ 2º e 4º, inciso IV, da Lei n. 12.850/2013.

Impetrado prévio *writ* na origem, a liminar foi indeferida (fls. 84-88).

O impetrante sustenta que os motivos que justificavam a prisão preventiva do paciente deixaram de existir, sendo a prisão desnecessária, pois baseada em fatos antigos.

Alega que há manifesto excesso de prazo na prisão preventiva, a qual perdura há mais de 2 anos, sem que o paciente seja submetido a julgamento.

Assevera que o processo estaria sem andamento por parte do Juízo de 1º grau, o que teria se agravado com a pandemia de covid-19.

Requer, liminarmente, a revogação e/ou o relaxamento da ordem de prisão preventiva, com a expedição de alvará de soltura em favor do paciente ou a substituição da prisão por medidas cautelares diversas, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois

não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente